

# COMBATE

**A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES**

**PARA CONSTRUIREM A SUA «DEMOCRACIA»  
OS PARTIDOS DA COLIGAÇÃO DEFENDEM O CDS**

**PC + PS + PPD + CDS**

**ESTA É A DEMOCRACIA DOS PATRÕES**

**LUTEMOS PELA DEMOCRACIA DOS TRABALHADORES**

(VER O EDITORIAL PAG. 3)

## **O SINDICATO DOS QUÍMICOS E AS SABOTAGENS REFORMISTAS**

COMUNICADO  
AOS TRABALHADORES  
A OPINIÃO PÚBLICA

Nos últimos dias, certos jornais têm lançado uma campanha de calúnias e deturpações de factos tendente a responsabilizar a direcção dos Químicos de Lisboa e os próprios trabalhadores químicos pelos lamentáveis incidentes ocorridos na última Assembleia Geral Extraordinária dos Plásticos. Torna-se evidente que o objectivo desta campanha é ocultar os verdadeiros responsáveis e, eventualmente, criar o ambiente propício para qualquer acto repressivo contra a direcção dos Químicos.

Cumpramos, pois, por a verdade dos factos e alertar os trabalhadores e a opinião pública para as manobras oportunistas de certos indivíduos que utilizam todos os meios para controlar os sindicatos e impor a sua linha de tração aos trabalhadores. Já lhes conhecemos a tática do boato e da calúnia, agora vamos encontrar amigos seus nas redacções dos jornais e na burocracia dos Ministérios a colaborar abertamente em graves manobras provocatórias.

### A VERDADE DOS FACTOS

As cenas de pancadaria que, durante cinco ou dez minutos, lançaram o pânico na Assembleia dos Plásticos de Domingo passado são o produto de uma vasta manobra tendente a boicotar essa Assembleia e a travar o processo de integração do sector dos Plásticos no Sindicato dos Químicos, há muito desejada pelos trabalhadores plásticos e expressa

por centenas de votos em três assembleias pelo menos. Apresentemos os factos que nos levaram a esta conclusão.

Em primeiro lugar, a chamada Comissão Directiva Provisória (CDP) montou um pequeníssimo serviço de ordem (com dez ou quinze pessoas) para esta Assembleia, o qual, ainda por cima, deixou de controlar as entradas ao fim de meia hora de trabalho e ainda com a grande maioria dos trabalhadores à porta. Vários elementos do serviço de ordem organizado pelas Comissões Sindicais Operárias (CSO) dos Plásticos lhes chamaram a atenção para o facto e procuraram ajudá-los, mas estes senhores pareciam não estar muito interessados num controle de entradas rigoroso.

Em segundo lugar, alguns trabalhadores da Marinha Grande ostentavam, logo desde o início da Assembleia car-

tazes nitidamente provocatórios (um deles dizia que a Direcção dos Químicos é fascista). Lembremos, a propósito que, no preciso momento em que um desses cartazes foi içado, se ouviu um grande burburinho na Assembleia, a qual manifestava o seu repúdio perante o conteúdo desses cartazes.

Em terceiro lugar, temos a ausência do delegado do Ministério do Trabalho, esperado ansiosamente por todos, durante mais de meia hora, até que se deram os incidentes. Foi o Ministério que prometeu comparecer nela, como observador, para que de futuro não bouvessem dúvidas sobre a sua democraticidade. Porque é que os funcionários que entraram neste processo e assumiram compromissos perante nós e a CDP faltaram à Assembleia? Será que eles, que sugeriram e marcaram a Assembleia,

ignoravam a quanto era necessário a sua presença nela?

Por fim, temos que a CDP se demitiu de dirigir os trabalhos logo que reentaram os incidentes. Não obstante as cenas de agressão terem durado menos de dez minutos, a CDP não fez qualquer esforço para retomar os trabalhos. E o que é mais grave é que, quando os ânimos já estavam acalmados, a CDP voltou à mesa para dizer que dissolvia a Assembleia uma vez que ela era ilegal, dada a falta do representante do Ministério do Trabalho.

Nestas condições, temos ou não temos razão em falar numa vasta manobra provocatória? Estaria ou não a CDP conluída com os burocratas do Ministério para fazer fracassar a Assembleia?

(Continua na página 5)

## **TAP: SITUAÇÃO ACTUAL**

### 1. TRABALHADORES DESPEDIDOS

Dos 182 trabalhadores despedidos em 25.9.74, ao abrigo de Decreto-Lei datado de dois dias antes, e para o efeito fabricado, 171 foram já reintegrados, mediante requerimentos individuais.

Os 11 restantes teriam passado à situação de suspensos.

### 2. TRABALHADORES SUSPENSOS

Os 55 trabalhadores suspensos, incluindo os 11 acima indicados, mantêm-se, de facto, em situação inalterada: suspensos com remuneração (nova figura jurídica criada para este efeito...).

Todos eles foram objecto de inquérito por parte das entidades militares, tendo estas decidido, em 13.10.74, fazê-los regressar à TAP, «por já não ser necessária a sua presença no Quartel-General». Por despacho de 11-10-74 (portanto, datado de dois dias antes do das entidades militares) a Administração da TAP delibera manter os trabalhadores suspensos, por «não estarem esclarecidos os motivos que levaram à convocação, por parte do Quar-

tel-General, do G. M. L... nem o resultado das averiguações que ali teriam sido efectuadas». Só não é uma barbaridade, porque a ingenuidade jurídica a ultrapassa!

Quando os trabalhadores, perante tão aberrante absurdo, que fere as leis mais fundamentais dos cidadãos, tentaram ser «restituídos à plenitude dos seus direitos de trabalhadores das empresas», foram informados de que, afinal, não estavam suspensos (já é reconhecer alguma coisa!), mas «na situação de dispensados do serviço, com impedimento de entrada nas instalações da TAP», situação em que eram forçados a manter-se até que as referidas averiguações atinjam o seu termo, altura em que a Administração «formará o seu juízo e definirá a sua atitude» (sic!).

Em resumo: os trabalhadores continuam suspensos, o Caderno Reivindicativo não está satisfeito, as negociações do A. C. T. estão paralisadas, ao mesmo tempo que (ou porque) as direcções sindicais «esponjam» a luta dos trabalhadores. Só confiando nas próprias forças, desenvolvendo nos locais de trabalho formas de luta e de organização, os trabalhadores podem avançar nas suas conquistas.

(VER OUTRO ARTIGO SOBRE A SITUAÇÃO DA TAP NA PAG. 3)

**MESA REDONDA SETENAVE / TAP / TROIA / GPA (NAS PÁGS. CENTRAIS)  
ENTREVISTA NA PROPAM (NA PÁG. 6)**

# LUTA NA TÊXTIL DOS BARGOS TRÊS COMUNICADOS DA COM. DOS TRAB.

Camaradas:

A Comissão de Trabalhadores da Têxtil dos Bargos vem alertar-vos para os seguintes factos:

Vós sois trabalhadores da Fábrica Têxtil dos Bargos e não da Ornitéx.

Na verdade, até há bem pouco tempo assinaste os envelopes como sendo dos Bargos e agora passaste a assiná-los como Ornitéx.

Já pensaste porque nos fizeram isto? Não existirá burla?

Pensa só nisto: A Bargos pode indemnizar-nos (tem máquinas, edifício, etc.). E a Ornitéx? Alguém sabe o que ela tem?

Só ontem, Camaradas, soubemos desta verdade. É lamentável que alguns elementos do Sindicato nos tivessem informado mal. Acreditamos que não foi com má intenção.

Em relação ao salário mínimo temos a dizer-vos:

Já repararam que uma grande parte das pessoas que disseram não, são precisamente aqueles que já estão a ganhar muito mais que o salário mínimo, e que vos continuam a influenciar e a meter-vos medo com o fecho da fábrica?

Afinal quem ganha 35500 e 45500 foi impedido de votar! Porquê?

E porque votaram gerentes, funcionários superiores e outros?

Como podemos esperar amanhã que nos paguem o salário mínimo ou promoções se os próprios gerentes e seus lacaios já hoje nos negam isso?

Camaradas:

Não há nada que vos impeça de voltar ao princípio, pois sabemos que os votos foram considerados nulos e sem efeito.

A situação aflitiva da fábrica não a ponhas em dúvida. Ela é uma certeza.

Esta situação foi criada pela má administração e nunca pelo pagamento do salário mínimo que ainda não foi praticado nesta empresa, como sabes.

Não serão os chorudos ordenados pagos aos lacaios do patrão, sem nenhuma competência para ocupar o cargo, os culpados?

Será a Comissão de Trabalhadores responsável pelas anulações das encomendas?

Será a Comissão de Trabalhadores responsável pela falta de matérias-primas para podermos trabalhar?

Será a Comissão de Trabalhadores responsável pela falta de crédito do grande patrão Castro?

Quem beneficia com a venda de camisolas ao preço da sardinha, quando os que as fabricam pagam-nas ao preço de tabela, mais 7%?

Em resumo:

Um patrão que vende camisolas ao desbarato, que nos despeja os «stocks» que seriam a nossa única garantia se vier a acontecer as ameaças que o nosso patrão Castro nos faz constantemente de fechar a fábrica, que alimenta carros que custam fortunas, não vai longe.

Ah! é verdade: que é feito dos 15 000 contos do empréstimo? Não foi este concedido com o fim de fazer o pagamento do salário mínimo?

Quem souber que responda.

Cuidado camaradas:

Os lacaios do patrão preparam uma Comissão para substituir aquela que foi eleita por nós e que luta pelos vossos direitos.

Procura saber quem a tenta formar, quem são os convidados e quanto ganham, e logo saberás que não defendem os teus direitos.

Nós faremos a sua denúncia no Comunicado seguinte.

Terá sido para vivermos subjugados à vontade e vaidade do grande patrão Castro que os heróis do 25 de Abril tanto fizeram para nos dar a liberdade?

**A UNIDADE É A NOSSA FORÇA  
A VERDADE É A NOSSA RAZÃO**

A Comissão de Trabalhadores

Comunicado n.º 2 COMUNICADO N.º 3

**AOS TRABALHADORES DA FABRICA TÊXTIL DOS BARGOS**

Camaradas:

A COMISSÃO DOS TRABALHADORES DA FABRICA TÊXTIL DOS BARGOS sente-se no dever de informar os factos passados durante o dia de ontem relacionados com a reacção provocada pelo Comunicado n.º 1, não deixando de se regozijar com o apoio e confiança que a maioria dos trabalhadores lhe demonstraram, bem como pelo modo como souberam compreender de que lado se encontra a verdade.

Graves factos, se passaram, ontem, na nossa fábrica. Assim:

1.º — Logo de manhã, os srs. chefes de Electricidade e mestre de Tecelagem, por causa da publicação do nosso Comunicado n.º 1, pretenderam mandar prender o nosso colega Armando e fazer interrogatórios às nossas colegas Noémia, Arminda, Joana, Albertina, Alcina e Fernanda, todos da Comissão de Trabalhadores.

2.º — Depois os srs. técnico dos teares circulares e encarregada da secção dos cobretores, combinaram arranjar um grupo de trabalhadoras que criassem desordem para podermos chamar a Guarda Nacional Republicana e Polícia Judiciária.

3.º — Fez-se circular a notícia de que por virtude de se haver distribuído o Comunicado n.º 1 a Comissão de Trabalhadores já não entraria na fábrica da parte de tarde.

4.º — Enquanto a Comissão de Trabalhadores distribuía pelas ruas da vila os comunicados alguns senhores e senhoras a mando do patrão espalhavam-na e chegaram mesmo a dirigir insultos e provocações, principalmente junto ao Mercado desta vila.

5.º — Da parte de tarde, à entrada, cerca das 14.30 horas, alguns trabalhadores mal esclarecidos pelos lacaios do patrão e incitados pelo Sr. Marçal, tentaram impedir e conseguiram o acesso ao trabalho a mais de 50 trabalhadores. Da agitação que provocaram resultou que duas trabalhadoras perderam os sentidos e uma foi derrubada e agredida. Esta última em estado adiantado de gravidez.

6.º — Quando alguns trabalhadores conscientes pretenderam transportar algumas companheiras feridas ao posto de urgência do Hospital de Famalicão, aconteceu que os empregados de escritório que nem à Bargos pertencem mas sim à Ornitéx, conseguiram impedir por algum tempo que os feridos saíssem da fábrica para o hospital.

Ninguém tem dúvidas de quem são os verdadeiros responsáveis. Naturalmente que não sóis vós, mas sim aqueles que vos tentam influenciar com mentira e falsas promessas.

Reaccionários e funcionários sem escrúpulos lançam a classe trabalhadora em lutas de desunião que não deixam de ser criminosas, tentando desacreditar aqueles que convosco lutam.

A Comissão de Trabalhadores continua atenta a todas as manobras da reaccionária entidade patronal e não deixa nunca de ter bem controlados os lacaios do «grande» patrão Jorge de Castro, para que não se repitam casos tão lamentáveis como os que se verificaram ontem.

Estes métodos são bem conhecidos dos reaccionários fascistas que só conhecem a classe trabalhadora para dividir e melhor a explorar.

Estes e outros factos graves tem que ser conhecidos por todos os trabalhadores. A Comissão de Trabalhadores procurará aclará-los o mais possível.

Colega: Nunca foi tão importante a tua confiança na Comissão de Trabalhadores. Ontem já te provámos que a razão da nossa luta é a defesa dos teus direitos de trabalhador.

Só a Unidade de todos os trabalhadores nos poderá levar à vitória.

**A UNIDADE É A NOSSA FORÇA  
A VERDADE É A NOSSA RAZÃO**

Vila Nova de Famalicão, 24 de Outubro de 1974.

A Comissão de Trabalhadores

**TRABALHADOR! OS CAMARADAS QUE TRABALHAM NA FABRICA TÊXTIL DOS BARGOS, LDA., LUTAM PELA PRODUÇÃO E PELO DIREITO AO TRABALHO**

Desde Julho deste ano que o patrão Jorge de Castro tem procurado de todas as maneiras criar dificuldades a todos nós.

Assim:

1.º — Só em raras ocasiões aparece na fábrica;

2.º — Há muito que deixou de comprar matérias-primas ou as compra em quantidades reduzidas;

3.º — Não procura encomendas;

4.º — Admitiu ao serviço um gerente e uma directora industrial que nunca dirigiram coisa nenhuma e ganham um salário mensal de 32 contos;

5.º — Conseguiu contrair um empréstimo, segundo diz num montante de 15 000 contos e em contrapartida, deveria garantir trabalho a todos nós e pagar os salários mínimos legais, o que não tem feito.

6.º — Fomentou a divisão entre os trabalhadores só porque as condições do empréstimo não fossem cumpridas;

7.º — Transferiu todos os trabalhadores da Fábrica Têxtil dos Bargos, cuja situação não é difícil para a ORNITEX, que consta estar em situação de não poder manter-se.

A Comissão de Trabalhadores nesta altura alerta toda a opinião pública para que vejam exactamente quem está a pretender sabotar a economia nacional. E para nós, não restam dúvidas de que quem o faz é o patrão Jorge Castro.

De facto a Comissão de Trabalhadores já fez seguir para o Ministério do Trabalho e Quartel General da Região Militar do Porto (Forças Armadas) uma exposição na qual afirma que estando convencidos da prática de actos de sabotagem económica na empresa, solicita que se faça um rigoroso inquérito e se responsabilizem os culpados.

E chama a atenção para a acção desastrosa de alguns elementos do Sindicato Têxtil de Delães que com a sua falta de perspectivas e a inexistência de verdadeira luta sindical, só tem ajudado, embora sem o pretender, o patrão Jorge Castro a alcançar os seus objectivos. No entanto, a Comissão de Trabalhadores, na intenção de mais uma vez dar oportunidade de alguns seus actuais dirigentes sindicais se identificarem com o alcance dos verdadeiros interesses dos trabalhadores, fez ao referido Sindicato Têxtil as seguintes recomendações:

1.º — Reconhecimento formal da Comissão de Trabalhadores e do Delegado Sindical eleitos pela população fabril;

2.º — Obstar a tentativa de mudança por parte do patrão Jorge Castro dos trabalhadores da Bargos para a Ornitéx, devolvendo os quadros do pessoal e mapas de pagamentos das quotas feitas em nome da ORNITEX e exigindo estes novos documentos em nome da BARGOS;

3.º — Participar na promoção da união dos trabalhadores, com a Comissão de Trabalhadores, reconhecendo que esta trava a única luta justa;

4.º — Averiguar imediatamente da aplicação do empréstimo de 15 000 contos pelo patrão Jorge Castro;

5.º — Esteja presente através dos seus elementos dirigentes na próxima segunda-feira, dia 28, às 8 horas da manhã à entrada da fábrica para, conjuntamente com esta Comissão de Trabalhadores garantir a todos o acesso ao trabalho.

Nós lutamos pela justiça e pela unidade da classe trabalhadora.

Vila Nova de Famalicão, 27 de Outubro de 1974.

A Comissão dos Trabalhadores



Saudamos o aparecimento do primeiro número do Boletim do Sindicato dos Operários da Construção Civil de Lisboa — **CONSTRUIR** — de colaboração variada, toda ela virada para o abrir da classe não só aos seus problemas directos (contratação, greve da Soares da Costa), como aos dos trabalhadores em geral. Deste primeiro citamos o artigo «Um abraço para África».

## UM ABRAÇO PARA ÁFRICA



Os trabalhadores portugueses da construção civil não esquecem os seus camaradas cabo-verdianos, os primeiros a ser atingidos pela onda de despedimentos, nem ignoram as condições miseráveis em que foram arrancados do seu país para vir aqui viver em sórdidas habitações colectivas, como escravos que nunca deixaram de ser.

Para eles traduzimos a seguir alguns versos evocadores da sua situação no nosso país onde, silenciosos emigrantes sofredores, nada lhes é dado e tudo lhes é exigido, fazendo votos por que a independência do seu país não signifique para eles apenas a substituição de um senhor branco por um senhor preto, mas que a emancipação da sua pátria seja acompanhada da sua própria emancipação que lhes desejamos tão real e efectiva como para nós:

A Comissão dos Trabalhadores

# EDITORIAL

De 28 para 29 de Setembro, os partidos governamentais e o MFA, servindo-se dos trabalhadores a quem nem diziam o sentido das operações nem sobre elas os consultavam, correram da cena política três ou quatro partidos da extrema-direita e prenderam alguns dos seus chefes proeminentes.

Porquê esses partidos? Porquê rebentar com o Partido do Progresso ou o Partido Liberal e deixar subsistir a CDS, que sob tantos aspectos parece gêmea daqueles?

Por duas razões fundamentais. Em primeiro lugar, os partidos de extrema-direita que não sobreviveram ao 28-29 de Setembro não se subordinavam ao jogo parlamentar que o 25 de Abril pretende instaurar. Em segundo lugar, não aceitaram o rumo neo-colonial e, defendendo os interesses daqueles colonos cuja fortuna dependia da presença física nos territórios coloniais, apoiaram e contribuíram para fomentar as tentativas de independência branca, de Lourenço Marques e da Beira até Luanda ou Nova Lisboa.

Mas a CDS é diferente. Esse partido reúne parte dos antigos «liberais» de Caetano (Xavier Pintado, por exemplo), ou seja, aqueles que não constituíram o — também «democrático» e «social»... — PPD. A CDS não só se insere no jogo parlamentar e promete ser uma engrenagem da futura democracia burguesa em Portugal, como não recusa a via neo-colonial. À ala da grande finança que ela representa não é necessária a presença em África — como aos roceiros — para assegurar os lucros do capital aí investido.

Por isso as forças repressivas defendem agora a CDS, escassos quarenta dias após terem destruído a extrema-direita anti-parlamentar e anti-neo-colonial.

Por isso, o mesmo COPCON que, no segredo da noite de 28 para 29 de Setembro, apelou para certos políticos da extrema-esquerda e com eles conferenciou, controla a policia que lança

agora tiros, «chaimites», gases lacrimogéneos e bastonadas contra essa mesma extrema-esquerda. É que aí vai fazer os novos presos políticos do regime. Na noite de 28 para 29 de Setembro, o COPCON e o Governo Provisório apelaram para os trabalhadores e para certos grupos e organizações ditas revolucionárias para, ordeiramente e acatando a disciplina dos oficiais controladores do movimento, defenderem na rua a futura democracia burguesa do parlamento. É agora em nome dessa mesma democracia burguesa que capitalistas, capitães e ministros querem estabelecer, que as forças repressivas defendem a parlamentar CDS.

Defendem-na porque é parlamentar.

E defendem-na porque é neo-colonialista.

Não vêm agora como era errado bater palmas quando o Partido do Progresso ou o Partido Liberal foram desarticulados? — escondendo no barulho desses aplausos que a destruição de tais partidos não se destinava a assegurar a libertação dos trabalhadores e o fim da exploração, mas sim a preservar a ditadura parlamentar dos capitalistas.

O COPCON, o MFA, o Governo Provisório e os partidos que o constituem — todos e cada um deles — foram lógicos. Eles não atacam a extrema-direita nem defendem a CDS — defendem a reorganização democrática e parlamentar da máquina de Estado burguesa.

E nós, que fazemos? Que devem fazer os trabalhadores para serem lógicos com os seus interesses, como os capitalistas o são com os seus? Não atacarmos um ou outro dos partidos do regime, não os atacar isoladamente; mostrarmos que todos eles, numa engrenagem que a nenhum dispensa, servem a reorganização do Estado capitalista.

E é contra o Estado, capitalista, e a exploração burguesa que nos batemos.

## TAP: AS LIÇÕES DA NOVA ERA O «ÊXITO» DO DIÁLOGO E DA «LUTA» NOS GABINETES

1. Quando entra em crise provocada pela força dos trabalhadores se só isso ele considera crise, o capital até é capaz de se lhes aliar para os derrotar. E a prova está à vista na TAP.

Utilizando as mais subtis formas para ludibriar os trabalhadores, aliando-se aos órgãos de cúpula ditos representativos, erguendo o facho da legalidade, da legitimidade e do respeito pelas regras do jogo que jurou respeitar e afirmar sempre ter respeitado (tudo falso naturalmente e inacreditavelmente acreditado como verdade e não como fingimento), os detentores do capital, directamente ou através dos seus mandatários, fizeram-se obedecer.

Bastava deixar-se serenar os espíritos, dizia-se, para que, por exemplo, o ACORDO COLECTIVO DE TRABALHO fosse levado a bom termo. Foi só por acaso que se negociaram cláusulas em catadupa durante a crise de Agosto/Setembro, como foi por acaso que as negociações emperraram logo que a luta foi julgada domada. De facto não havia razão para a Comissão Sindical duvidar da boa fé da Administração da Empresa, ainda por cima pressionada pelo Governo... e pelas circunstâncias. E, aliás, não iria a mesma Administração deixar mal vista perante os seus representados essa tão compreensível e disponível Comissão Sindical. O que se viu, afinal? A homologação, em cerimónia discreta, do Acordo? Não: Surgiram imponderáveis de que só a Comissão Sindical não havia sentido o peso e que os «devisionistas» suspensos sempre haviam posto em relevo: o capital só negocia «?» forçado; se o não estiver, negociar é igual a adiar, ludir e enganar. Os factos mostram ser irrefutável esta observação.

Assim é perfeitamente lógico que agora a Empresa garantia pela boca do seu Subgerente a entrega da contra proposta salarial no dia 29/10/74 e que

neste dia venha pedir a boa compreensão das circunstâncias pela Comissão Sindical, pois é absolutamente indispensável o adiamento da entrega da proposta.

Imponderáveis, logo por azar só os leigos adivinham. E agora a Comissão Sindical suspende as negociações até que a TAP se decida a fazer a entrega da Contra-proposta referida. Se se quisesse fazer ironia com o que é, infelizmente, tão sério e grave, apeteceria perguntar: que massa faz à TAP esta decisão? Até agradece.

É porém, de perguntar, em jeito de análise, aos Sindicatos se depois do que lhes tem sido dado observar ainda subscrevem muitas das teses dirigistas, dos dogmas sintonizados com a voz do patrão e das calúnias desenhadas em letra grossa pela grande imprensa que fizeram atirar sobre trabalhadores.

Não é, de facto, descansando, divorciados, nos diálogos legais típicos nos gabinetes que os trabalhadores garantem as suas conquistas. Aí amolecem-nas, distorcem-nas e anulam-nas.

### O CADERNO REIVINDICATIVO — 1.ª DESMISTIFICAÇÃO DAS ACUSAÇÕES

2. Disse-se aos quatro ventos pela boca de responsáveis governamentais e de órgãos partidários, no que foram acompanhados pelo menos com o silêncio dos dirigentes sindicais, e foi o que mais fez voltar a opinião contra a luta na TAP, que um dos pontos mais irrealistas do Caderno Reivindicativo era a disparatada proposta de aumento salarial e que naturalmente quem tinha a noção da realidade eram os dirigentes sindicais. Examinemos com um exemplo, o problema dentro da organização social actual, agora que já é conhecida a proposta sindical, embora sem fazer qualquer juízo de valor.

Tomemos o exemplo da tabela em que se incluem Metalúrgicos, Electricistas e, genericamente, Administrativos:

Ponto da tabela	Vencimento actual (1)	Vencimento proposto			
		No Caderno Reivindicativo (2) (aproximado)	% 2/1	Na proposta sindical (3)	% 3/1
3.1	6 550\$	8 900\$	36%	12 000\$	83%
3.2	6 750\$	9 000\$	34%	12 960\$	92%
3.3	7 000\$	9 200\$	32%	13 920\$	98%
3.4	7 300\$	9 500\$	29%	14 880\$	102%
3.5	7 700\$	9 700\$	26%	15 600\$	102%
2.1	8 100\$	10 000\$	24%	16 320\$	101%
2.2	8 500\$	10 300\$	22%	17 040\$	100%
2.3	8 900\$	10 600\$	19%	17 520\$	96%
1.1	9 400\$	11 000\$	17%	18 000\$	90%
1.2	9 800\$	11 300\$	15%	18 480\$	88%
1.3	10 200\$	11 600\$	14%	18 630\$	82%
1.4	10 600\$	12 000\$	12%	18 780\$	77%

Convém notar:

a — ao abrigo do Caderno Reivindicativo os ordenados iguais e superiores a 16 000\$00 seriam congelados.

b — Em relação à Tabela I:

A Tabela II mostra que o leque salarial desceria de 4110\$00 para 3100\$00; i.e. o trabalhador no Ponto 3.1, passaria a auferir 75% do que auferiria o seu colega no Ponto 1.4, em vez dos 60% actuais.

A Tabela III mostra que o leque aumentaria ou aumentará para 6780\$; i.e. o trabalhador no Ponto 3.1, passaria, ou passará, a auferir 63% do seu colega colocado no Ponto 1.4.

c — É evidente que não estamos a considerar irrealistas as propostas sindicais cuja validade o conteúdo do Ca-

derno Reivindicativo não prejudicava; estamos, sim, a salientar que se traduziu em conluio o silêncio dos Sindicatos e também que os aumentos salariais negociados seriam, ou serão, uns sobre os vencimentos da Tabela I, referindo-nos ao exemplo citado e seriam bem diferentes, e isso é que é importante realçar, se feitos sobre as Tabelas corrigidas, em termos de encurtamento de leque, como se esquematiza na Tabela II.

### A LUTA DAS DIRECÇÕES SINDICAIS EM PROL DOS TRABALHADORES SUSPENSOS

3. Ninguém poderá esquecer o papel desenvolvido pelas direcções sindicais

ao longo de todo o período de luta. Elas conduziram, em orquestração com partidos políticos, a administração da empresa, imprensa e governo, toda a campanha de calúnias e mentiras, as mais sensíveis à opinião pública, contra os operários em luta; elas não pararam de sabotar quer a luta em si quer a prossecução dos objectivos ponto por ponto, nem deixaram de ser os primeiros a felicitar-se pela ocupação militar da TAP e a denunciar os trabalhadores que mais se esforçaram na luta, tentando assim, à boa maneira marcelista, arranjar cabeçilhas onde havia deliberação de Plenário.

São pois, de crocodilo todos os sentimentos de sinal inverso que agora tentam fazer mostrar às classes de que devir a ser a expressão. Que é, como força representativa de um sindicato, uma Direcção que tenta esclarecer-se junto à administração da empresa quanto à legalidade da suspensão de trabalhadores e pede a sua reintegração total, acabando depois de esclarecida (?), por, face à ilegalidade das suspensões, lamentar profundamente a atitude da administração e querer o levantamento imediato das suspensões?...

Será que esta tentativa tinha algum objectivo além do conseguido: fazer crer aos trabalhadores que ela se tinha realizado... fazer-se mostrar interessada pela reintegração dos trabalhadores suspensos abrandando, assim, um processo de luta que se vinha desenvolvendo?... A quem servem tais condutas e a que objectivos levam?

É exemplar a luta, são já evidentes as lições e a massa trabalhadora começa a não ter dúvidas sobre quem os defende e de que lado estão os seus interesses.



# LUTA NA PROPAM

## ENTREVISTA COM A COMISSÃO DE TRABALHADORES

A luta da Propam: onde se fala do intocável poder dos administradores e das suas falcatruas, da propriedade privada e estatal, dos Sindicatos, dos despedimentos, de Comissões de Trabalhadores e outros assuntos.

### OS TRABALHADORES «SUSPENDEM» A ADMINISTRAÇÃO

C. — Podem dizer-nos, em linhas gerais, como é que o processo começou, quais os problemas que se puseram, o desenvolvimento da acção e a situação actual?

P. — O conflito começou praticamente no dia 1 de Julho, depois de uma tomada de posição dos trabalhadores, em presença de um conjunto de afirmações contraditórias da administração.

Em 14 de Maio, um grupo de trabalhadores apresenta um caderno reivindicativo essencialmente por regalias monetárias. Esse caderno teve da administração uma resposta negativa, dizendo não poder satisfazê-lo, uma vez que a empresa, contrariamente ao que estava publicado, teria tido um prejuízo. Em 1973, da ordem dos vinte e tal mil contos. Juntamente a essa, houve outras afirmações que levaram os trabalhadores a pensar que isso poderia não ser verdade, e que seria mais uma manobra para rejeitar aumentos de salários. A análise técnica, depois solicitada, comprovou que, de facto, a situação da empresa era bastante má. Já em 31 de Dezembro de 1973, a empresa se encontrava tecnicamente falida. Perante essa situação, e sabendo os trabalhadores que a empresa, embora gerida por um conselho de administração de cinco pessoas, era única e exclusivamente controlada por uma pessoa, chegou à conclusão de que o erro teria forçosamente que partir dessa administração — de uma má administração. E, nessa altura, apresentaram ao Ministério do Trabalho e à administração, digamos, uma «bomba» para levantar todo o problema: os trabalhadores suspendem a administração. «Suspendem», embora tivessem consciência de que tal facto não tinha consistência legal, uma vez que só os acionistas podem suspender uma administração. A partir desse momento, os contactos dos trabalhadores com a administração, e especialmente os da fábrica de leveduras, que são os que inicialmente e mais directamente participaram no litígio, começaram a deteriorar-se bastante, pois começaram a haver ofensas e agressões do administrador José Pedroso a trabalhadores, homens e mulheres. Foram pedidas umas peritagens ao Ministério do Trabalho, que comprovaram exactamente os pontos focados inicialmente pelos trabalhadores, e que justificavam as razões porque queríamos a substituição da Administração. A esse conflito veio juntar-se, depois, toda uma problemática de más relações sociais existentes na empresa, exactamente entre trabalhadores e Administração. A pessoa em causa (o administrador Pedroso) sempre ao longo dos anos, especialmente ao longo do período de montagem da unidade fabril, portou-se de uma forma bastante ordinária com todos os trabalhadores, e exigia o incondicional trabalho destes, quer fosse sábado, domingo ou feriados, sem pagar horas extraordinárias (aos que pagava não fazia como a lei prescrevia). Tudo isso veio ao de cima, e veio criar um clima de impossibilidade de conciliação entre trabalhadores e administração.

### O CANCRO DOS CONFLITOS

Depois, em Junho, houve uma ameaça de não pagamento de salários, exactamente para quebrar a união existente entre os trabalhadores. Isso foi denunciado, e houve uma interferência do MFA, que conseguiu que os salários viessem a ser pagos, embora com vinte dias de atraso. Esses mesmos elementos do MFA, que foram nomeados pelo chefe do Estado-Maior General, fizeram um relatório a declarar a incompetência da Administração, a má-fé com que eles tratavam deste conflito, a má-fé com que os diálogos eram encaminhados e a impossibilidade da firma continuar com esse administrador. De qualquer forma, havia sempre o problema estatutário: o Governo sempre se agarrou ao problema de não poder interferir na propriedade privada. O cancro! O cancro dos conflitos!

E a coisa arrastou-se indefinidamente. P. — Quando o MFA interveio, eles foram a uma assembleia geral de acionistas, e declararam perante estes a sua opinião sobre a administração. Nessa altura, os administradores que mist-

directamente eram atingidos publicamente disseram que, se a solução do problema estava na sua demissão, eles desde já se demitiam. Os elementos do MFA passaram então um extracto dessa acta, que ainda não foi aprovada em nova assembleia geral, e em que diziam que o sr. Pedroso e o sr. Morais se tinham demitido tacitamente, tendo ficado acordado deixar de ter quaisquer contactos com os trabalhadores até a massa accionista tentar encontrar uma solução de compromisso. Nessa altura ficou nomeada pelos accionistas uma comissão administrativa composta pelos três restantes administradores e por mais dois accionistas, que tentariam reorganizar a empresa.

### ONDA DE DESPEDIMENTOS

Durante mais ou menos duas semanas as coisas correram bem. Simplesmente o sr. Pedroso, apoiado nos estatutos, e a dado passo dizem que ele não pode ser demitido sem a totalidade das assinaturas dos accionistas (que são cerca de 1850), começou a dizer que o que tinham declarado os elementos do MFA não era legal. E a partir do dia 1 de Agosto deixou de cumprir o que tinha sido acordado, dando ordens a trabalhadores contraditórias com o que tinha sido acordado com o MFA com o fim explícito de criar conflitos e poder proceder a despedimentos. Aí começou a onda de despedimentos nos escritórios centrais e o problema tornou-se muito mais agudo. Entretanto, despediu um membro da comissão administrativa, afastou um outro e criou conflitos com um terceiro. Nessa altura toda a comissão administrativa afirmando não ter condições de trabalho, afastou-se.

P. — Entretanto, em Agosto, a partir do dia 12, o pessoal fabril fecha para férias, e ele aproveita essa ocasião para despedir quase todo o pessoal de Lisboa e vai ao ponto de encerrar os escritórios. O pessoal chega de férias, faz-se um plenário e chega-se à conclusão que não havia outra solução senão a declaração de greve se a administração não concordasse com o caderno reivindicativo que entretanto tinham apresentado, e que andava sempre à volta do mesmo: garantias de direito ao trabalho e saída da administração por incompetência. Desde Maio que tinham deixado de convir quaisquer pedidos de aumento salarial, embora os salários estivessem bastante abaixo da média na zona. Isto porque, neste momento, se reconhece que a situação económica da empresa não permite aumentos salariais.

C. — Qual é a situação em relação ao salário mínimo?

P. — É cumprido o salário mínimo nacional. No dia 28 fizemos um plenário, e resolvemos, como não havia resposta ao nosso caderno, entrar imediatamente em greve. A situação tem-se mantido, o tempo corrido todos os ministérios à procura de solução. A razão dos trabalhadores já foi publicamente declarada quando, à cerca de 15 dias, o Ministério das Finanças fez um comunicado acusando a administração de péssima gestão, e de nitida má fé no diálogo.

### HA TRÊS SEMANAS, E COMO NOS FOI PEDIDO POR VÁRIOS ELEMENTOS DO GOVERNO, QUE NÃO EMITAMOS QUALQUER COMUNICADO, PARA NÃO HAVER CHOQUES ENTRE A ACTUAÇÃO DO GOVERNO E A DOS TRABALHADORES...

Esse comunicado do Ministério das Finanças aparece após a nomeação de três elementos, um do Ministério do Trabalho, outro do Ministério das Finanças e outro do Ministério da Economia, que fizeram um longo estudo sobre a viabilidade económica da empresa. Este foi já um estudo mais completo da firma não só do ponto de vista económico e financeiro, mas também das relações de trabalho existentes. Depois de emitir este comunicado, absolutamente favorável aos trabalhadores, o Ministério das Finanças aguarda, provavelmente, uma legislação que lhe vá permitir actuar dentro da empresa. E nós estamos precisamente à espera que isso seja viável, uma vez que já há a promessa pública de eles solucionarem este litígio.

P. — Em linhas gerais é este o nosso conflito, e neste momento estamos na situação de espera, exactamente porque nos disseram que a coisa não poderia demorar muito mais tempo. Aliás, nós há três semanas que não emitimos praticamente qualquer comunicado, para não haver choques entre a actuação do Governo e a dos trabalhadores. Aliás isso foi pedido pelos vários elementos do Governo com que temos contactado.

P. — Isto embora o administrador Pedroso tenha vindo para a imprensa, especialmente a 16 e 19 de Outubro, com uns comunicados vergonhosos.

Ultimamente ele chega a escrever mesmo coisas nas paredes, manda cartas anónimas vergonhosas, próprias de carroceiro, etc.

P. — Algumas dessas cartas são para os pais das empregadas, dizendo que elas andam em más companhias, pelos cabarés, que são umas cabras, etc. Por aqui se vê os meios a que ele está a recorrer.

C. — A onda de despedimentos que houve, deu-se sobretudo nos escritórios?

P. — Exactamente. No pessoal fabril apenas se deram dois despedimentos de elementos da Comissão de Trabalhadores com pretensa justa causa. Isso teve em vista provocar a confusão, conflitos e amedrontar os trabalhadores.

### OS EMPREGADOS DE ESCRITÓRIO E OS OPERÁRIOS

C. — Porque é que os despedimentos se concentraram no pessoal dos escritórios?

P. — Exactamente porque foram os que se recusaram a cumprir as ordens do administrador, apoiando-se no extracto de acta que nos tinha sido enviada pelo MFA.

P. — Claro que aqui na fábrica era completamente diferente. Em Lisboa ele dava directamente ordens aos empregados de escritório, o que não acontecia aqui. Ele não tinha viabilidade de entrar directamente na fábrica com despedimentos, a não ser que arranjasse uma «justa causa», o que lhe era extremamente difícil, até porque a partir de certa altura, com as atitudes provocatórias e extremamente má educadas que tomou, começou a recear entrar na fábrica.

P. — Há ainda outros factores que contam. Para a administração tem sempre interesse em conservar o pessoal fabril, porque os trabalhadores que aqui estão já estão especializados, e no país só há outra fábrica em circunstâncias idênticas, e portanto há imensa dificuldade em recrutar pessoal qualificado. Não é a mesma coisa para a comissão de trabalhadores, por exemplo, que são três ou quatro, ou para o pessoal de escritório que tinha uma influência imediata sobre o pessoal fabril.

### O ADMINISTRADOR DEIXOU DE PENSAR NO INTERESSE DA EMPRESA...

Também, por outro lado, por ele ser uma pessoa extremamente autoritária, o simples facto de pensar que já não podia dar directamente uma ordem a um trabalhador, tornou-se-lhe insuportável. A partir dessa altura ele deixou de pensar no interesse da empresa, e passou a pensar exclusivamente na sua sobrevivência como presidente do conselho de administração e não na sobrevivência de 150 trabalhadores.

C. — Além da fábrica aqui de Setúbal, e dos escritórios em Lisboa, a Propam tem outras unidades?

P. — Segundo a administração, a Propam são três fábricas: a de levedura, a de moagem e a de melhorantes. Na realidade é uma fábrica de leveduras. Existe uma moagem onde estão a trabalhar duas pessoas, e existe um armazém, em S. Luís, onde estão a trabalhar quatro pessoas, que fazem umas misturas e a que chamam uma fábrica de melhorantes. Além disso há toda a rede de comercialização espalhada pelo país.

C. — E a outra fábrica que existe no Norte?

P. — É uma firma concorrente, a fábrica de fermentos holandeses, em Matosinhos. Os trabalhadores desta firma são bastante mais bem pagos do que nós.

### A C. T. DA FÁBRICA DE FERMENTOS HOLANDESES FOI DENUNCIADA COMO COMPOSTA POR BURGUESES PELOS TRABALHADORES DA FÁBRICA

Quando ao apoio, estamos bastante aborrecidos com a fábrica de fermentos

# PERSPECTIVA

JOANE-VILA NOVA DE FAMILIÇÃO  
OUTUBRO — 1974  
MEMBÁRIO REGIONAL — Preço anuidade 330  
N.º 4 — ANO I

## Carta que pede Justiça

### OS OPERÁRIOS DA FÁBRICA CARIDES APELAM JUSTIÇA

Apesar de ter havido o «25 de Abril», nós operários continuamos a ser cada vez mais vítimas do fascismo, pois continuamos cada vez mais fortemente vivendo debaixo da opressão da gerência.

Os casos cada vez são mais agravantes e os operários apelam para que o mais rapidamente possível se libertem de tais injustiças que estão a ser vítimas. Para melhor concretizarmos as nossas palavras contamos os seguintes casos que se têm dado com os operários desta empresa de CARIDES.

Um jovem que trabalha no 3.º turno foi fortemente castigado com três dias de suspensão por se estar a escovar antes cinco minutos da hora de saída. Foi visto pelo encarregado da secção e este levou imediatamente a notícia ao Sr. Peixoto que infelizmente toda a gente o conhece pela «bondade» de tais actos praticar...

Foi com imensa tristeza que soubemos esta notícia pelo próprio jovem que com as lágrimas nos olhos nos disse que era ele só a ganhar para quatro pessoas, tendo o pai abandonado este pobre lar e estando um outro irmão ao serviço da guerra colonial em Angola.

Por isso se apela justiça bem como para outros que vivem em condições semelhantes. Recordamos o Manuel Camarinho com três dias de suspensão; o Manuel Rafael também com três dias; o Francisco e o Fernando com seis dias, e muitos outros que têm sido vítimas da opressão. Pois os operários são chamados ao Conselho disciplinar sendo este formado por indivíduos capitalistas. Se não vede: Um é patrão, outro é engenheiro, outro é mestre, e outro é guarda livros.

E agora perguntamos: e nós quem somos? Iremos continuar a ser os mesmos operários oprimidos, esmagados e embrutecidos? Quando tomaremos conta da nossa força? Será que nós, à volta de 1200 operários que somos nesta empresa, não teremos força suficiente para acabar com estas injustiças que se praticam a torto e a direito?

Apelamos para que haja mais união pois se a união faz a força, junto venceremos.

Oh! Camaradas, vede lá que força têm esses quatro indivíduos comparados com nós que somos 1200...

### UM GRUPO DE OPERÁRIOS

holandeses, que será o nosso cavalo de batalha quando isto estiver mais solucionado, porque na verdade trata-se de uns senhores burgueses, feudais, que procuraram primeiro os seus interesses, não complicar muito a sua vida e não se preocuparam absolutamente nada com a luta dos operários da nossa fábrica. Isto da parte da comissão de trabalhadores. Aliás esta comissão foi denunciada como sendo composta por burgueses pelos próprios trabalhadores da fábrica de Matosinhos. A comissão chegou ao ponto de ir perguntar à administração o que é que lhes convinha fazer. Eles esqueceram-se, como multifuncional que são, lhes pode sair o tiro pela culatra.

### 1850 ACCIONISTAS COM 95% DO CAPITAL NÃO MANDAM ABSOLUTAMENTE NADA

C. — Quais são os principais accionistas da empresa?

P. — São quase todos panificadores. Há um grupo que controla, não por maioria de capital, mas por estatutos. E um grupo de oito pessoas que, segundo os estatutos, pode nomear três membros para o conselho de administração. O conselho geral, que é um grupo também privilegiado dentro da empresa, pode nomear outro administrador, e à massa accionista só é permitida a nomeação de um vogal. Esse grupo detém cerca de 5,7% do capital e é manobrado por uma pessoa que nem 1% tem. 1850 accionistas com 95% do capital não mandam absolutamente nada. E para revogar estes estatutos é preciso o consentimento expresso de 100% do capital, o que é praticamente impossível.

Foi uma autêntica burla. Ele só conseguiu capitalizar 50 mil contos fictícios. Pessoalmente ponho muitas reservas aos primeiros mil oitocentos e tal contos de capital, ali devia ter havido uma composição contabilística, dinheiro nada. Depois os 50 mil contos foi composto por distribuição de dividendos quando havia prejuízo, quer dizer ele estava a «dar» acções. E outras manobras, como a distribuição de bônus pela venda de produtos, quando a concessão desses bônus iria provocar prejuízo. Por isso é que eu digo que desses 50 mil contos, vá lá que tivessem entrado 30 ou 35 mil.

Ele também faz um cavalo de batalha muito grande do facto da unidade fabril ter custado 100 mil contos. Qual-

quer pessoa que não perceba nada disto, olha as contas e vê que ficou por 60 mil contos, e já não se vai ver se eles foram bem ou mal aplicados. Ele, como teve num ano, 27 mil contos de despesas que não podia lançar em despesas, criou uma rubrica de despesas anticpadas e agora está a meter essa rubrica como o imobilizado da fábrica.

### ESPEREMOS QUE O ESTADO TOME CONTA DISTO...

E nunca houve um plano de investimento (ele não tinha sequer o capital para fazer o investimento, ele próprio o reconhece) para poder programar à distância os financiamentos que teria de fazer. Conclusão: mostraram-se aqui coisas que depois tiveram de se desmontar. São centenas de contos que se deitaram fora, só porque o senhor entendia que era entendido em tudo. Neste momento a firma está com um saldo de credores da ordem dos 65 mil contos, e fundo de maneo não existe. Esperemos que o Estado tome conta disto e ponha isto a flutuar, porque senão não há a mais pequena hipótese de isto continuar.

C. — Os fermentos holandeses não estão interessados em comprar a fábrica?

P. — Os fermentos holandeses são uma multinacional, que é a primeira ou segunda empresa europeia. Eles já estrançaram uma empresa de cá em Portugal. Se quiserem comprar esta, é para a fechar, para poderem fazer os preços que quiserem. Claro, o estado tem sempre a possibilidade de controlar os preços, mas o que ele não tem possibilidade é de controlar a qualidade.

### A C. T. SOFREU BASTANTES CRÍTICAS DA PARTE DOS TRABALHADORES. QUE QUERIAM UMA ATITUDE MAIS RÍGIDA

C. — Qual tem sido o papel dos sindicatos em todo o processo?

P. — Não há nenhum sindicato organizado, tirando talvez o dos bancários e o da propaganda médica. Os químicos estão mais ou menos a caminhar para uma organização sindical moderna, simplesmente andam com lutas internas e por isso não podem dar apoio. Nós aqui temos 20 sindicatos (para 150 pessoas). Os dois que têm mais pessoal — o das moagens e dos escritórios — são dois

# LUTA NA EFACEC

(Continuação da página 8)

A atitude do camarada operário é assim um exemplo da consciência proletária contra as tentativas dos chefes prejudicarem os operários.

— UEP (Coima):

Os operários disseram que os jornais chegam tarde e às vezes não chegam.

— R.L.:

Constatou-se que esta oficina não possui saída de emergência para casos de incêndio.

Contactado o encarregado da segurança este informou que já tinha feito oito comunicações nesse sentido às entidades responsáveis não tendo até à data obtido resposta.

— O.L.2:

Tendo os operários consciência dos seus direitos, correspondente à deslocação da sua base O.L.1 para a O.L.2 e havendo manobras reaccionárias por parte de determinados burgueses, lacaios do patronato, tentando dividir os operários com determinada cláusula do CCFME os mesmos em reunião efectuada decidiram exigir 3 horas de viagem e 12500 de transporte o que corresponde ao real valor.

Os operários na passada sexta-feira tiveram conhecimento que um laçoio do

patronato recebeu um telefonema do Norte informando-o de que por enquanto não cedesse. Convém frisar que este telefonema foi feito pelo eng. Costa Reis ao dr. Gualdim e deste ao dr. Pina.

Os operários ao terem conhecimento deste facto repudiam tal decisão como uma manobra de autêntica posição de classe contra a classe explorada.

Os operários em face disso vão averiguar profundamente o caso.

— Elevadores:

Começou a CDDT no sábado, dia 26 de Outubro de 1974 às 10 horas da manhã conjuntamente com os operários de dois sectores dos elevadores a proceder à análise da reclassificação atribuída pela empresa.

Nesta data verifica-se que na quase totalidade dos casos analisados existem flagrantes injustiças por parte da empresa quanto à classificação que esta atribui, pois continuam na mesma a classificar operários com a designação de «Montador de peças quando não existe trabalho em linha neste sector.

Verificou-se também que a grande maioria dos operários ainda não recebeu a totalidade dos retroactivos a que tem direito.

Foram apresentados pelos trabalhadores vários casos em que é necessária a vigilância de todos para que os mesmos não voltem a acontecer e outros em que só a sua união e em reuniões de esclarecimento que devem promover, conseguiram fazê-los sanar.

Casos verificados:

1 — Um montador quando não consegue acabar a reparação de uma avaria antes das 18 horas e continua por mais algum tempo no seu trabalho para que o consiga terminar, não recebe as horas extraordinárias a que tem todo o direito, pois quando apresenta o caso aos seus chefes estes não o atendem dizendo que não há autorização para fazer horas extraordinárias.

2 — Quando o pessoal dos elevadores é deslocado por mais de um dia para locais que ficam para além de 1 hora de viagem da sede não recebem os valores referentes a grande deslocação como têm direito.

3 — As avarias e conservações são executadas na sua grande maioria somente por um operário.

Verifica-se uma total falta de segurança devido a normalmente o aparelho a reparar ficar fora da zona em que se encontram pessoas. Desta forma em caso de acidente o operário fica isolado e os socorros não lhe poderão ser prestados com a urgência necessária.

4 — As condições de higiene são, na grande maioria dos casos das conservações e reparações, inexistentes.

No caso de vivendas e edifícios isolados o pessoal é obrigado a retirar-se do local de trabalho sem ter possibilidades de se lavar, tendo que se deslocar para casa tal como termina o trabalho.

Inclusive para fazerem as necessidades têm que se deslocar a cafés, tascas, etc., o que obriga o operário na maioria das vezes a ter que fazer despesa nesse esta-

belecimento para se servir das instalações sanitárias.

5 — A forma como os vencimentos dos operários dos elevadores são manuseados não oferece um mínimo de segurança. No fim do mês de Setembro foi entregue a totalidade dos ordenados (cerca de 500 contos) de um determinado sector a um encarregado para que o mesmo os distribuisse pelos operários. Como o dinheiro lhe foi entregue num fim de tarde de sexta-feira e não tendo este encarregado conseguido que lhe deixassem depositar o dinheiro no cofre que existe nos elevadores em Carnaxide, disse que o deixaria ficar na sua gaveta. No entanto, este encarregado consciente da responsabilidade que representava o ter em seu poder os salários dos seus camaradas, resolveu levar para sua casa o dinheiro.

O edifício de Carnaxide foi assaltado nesse fim-de-semana e os estragos foram principalmente localizados nas gavetas, inclusive na gaveta daquele encarregado.

O chefe dos elevadores, na segunda-feira, foi informado dos factos e causou enorme surpresa para todos os trabalhadores o facto de só na quinta-feira ter sido chamada a Polícia Judiciária para averiguações, pois nesta data já todo o alvoroço que quem assaltou provocara tinha sido arrumado pelos funcionários que tinham que trabalhar nos dias que mediavam entre o assalto e a chegada da Polícia Judiciária.

Não se pode deixar que os salários dos trabalhadores andem sujeitos a estes problemas.

que não estão organizados. A prova de que não estão organizados é que nunca nos deram apoio. Só a Intersindical nos deu bastante apoio.

P. — Houve um apoio financeiro do sindicato dos químicos (um empréstimo).

P. — Praticamente quem nos deu mais apoio foi a Intersindical. Talvez porque eles reconhecem que a nossa luta foi uma luta modelo. Eles próprios disseram que foi a luta mais bem encaminhada desde o 25 de Abril. Embora a comissão de trabalhadores tivesse tido bastantes críticas da parte do pessoal. Queriam uma atitude mais rígida. A comissão ia para o Ministério e não encontrava aquele clima propício a entrar na luta.

P. — Aliás, as perspectivas de solução foram bastante ampliadas depois do 28 de Setembro.

P. — As soluções são perfeitamente visíveis para qualquer pessoa. Veja lá quais são as soluções possíveis quando há um boicote quase geral em quase todas as indústrias. Felizmente temos agora um Governo que nos parece mais voltado para a resolução dos problemas socioeconómicos da classe trabalhadora. Pelo menos eles deram-nos razão e garantias de apoio.

## A COMISSÃO DE TRABALHADORES

C. — Como é que foi formada a Comissão de Trabalhadores?

P. — Foi eleita. Ao princípio apareceu uma comissão de trabalhadores «ad-hoc» que apresentou inicialmente o tal caderno reivindicativo de regalias monetárias. Após a confirmação de que não havia possibilidade de regalias monetárias, a luta tinha que ser encaminhada noutra sentida, num saneamento de estruturas para haver garantia de trabalho. Um plenário de trabalhadores elegeu uma comissão inicialmente composta por cinco trabalhadores, aqui da fábrica. Posteriormente os escritórios aderiram e concordaram com a comissão. Mais tarde vieram a ser integrados na comissão um empregado dos escritórios de Lisboa e um dos serviços comerciais de Lisboa.

P. — Dado o encaminhamento do processo, dele não podia dar-se conhecimento ao pessoal de Lisboa. Isto porque não sabíamos em quem é que se poderia confiar. Conseguimos isso até ao último dia. Tínhamos então reuniões até às tantas da manhã fora da fábrica, em segredo. No dia em que rebentou o conflito, fizemos um plenário aqui à noite e dissemos: «É este o caminho a seguir, vocês estão ou não de acordo?» Tivemos logo a autorização dos trabalhadores e começou o desenvolvimento do processo.

## FOI-NOS PEDIDO PARA NÃO DIVULGAR ESSAS INFORMAÇÕES, NEM AOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

C. — De que maneira os trabalhadores se integram em todo este processo?

P. — Não são tomadas decisões sem plenário. E sempre que vamos a Lisboa, os trabalhadores tomam conhecimento de tudo o que se passa, excepto coisas que, na realidade, não podemos revelar. Aliás, foi-nos pedido para não divulgarmos essas informações, nem aos próprios trabalhadores. Foram-nos dadas com essa condição.

P. — Os trabalhadores sabem porque é que isso não se diz, e foram eles próprios a denunciarem que algumas dessas informações chegaram à administração.

C. — Como se processa a recolha de fundos?

P. — Ainda não foram pagos os salários de Agosto. Por conseguinte temos os meses de Agosto, Setembro e Outubro em atraso. Logo no princípio de Setembro fez-se uma campanha entre as empresas de Setúbal e conseguiu-se bastante dinheiro (a título de empréstimo ou dado). Ao longo deste tempo todo a comissão tem trabalhado no sentido de conseguir por qualquer forma meios para ajudar os trabalhadores em dificuldade. Tem-se conseguido talvez mais do que qualquer outra empresa numa situação grevista como a nossa.

Num plenário foi votada uma proposta para a constituição imediata de uma comissão coordenadora da criação de um fundo destinado ao auxílio dos trabalhadores de todas as indústrias. Os trabalhadores da Propam têm que ter sempre uma verba para auxiliar seja quem for. Foi já aceite por todos um quantitativo a descontar mensalmente a partir de Janeiro. Pensamos ser a primeira empresa a organizar uma coisa semelhante.

(Contín. das págs. centrais)

der reunir-se dentro das instalações da empresa como deixaram de poder encontrar-se nos locais de trabalho ou até nos corredores; sempre que o tentavam, ou que as Forças Armadas o adivinhavam, a reacção era imediata. «Não eram permitidos ajuntamentos no Quartel (sic!) o clima imposto era, de facto, de terror.

A par desta forma, negativa digamos, de quebrar a força e unidade das massas, outra mais subtil e eficiente começou a ser posta em prática: consistiu e consiste (pois ainda se constrói) em voltar os trabalhadores uns contra os outros, dividindo-os, criando-lhes objectivos e interesses opostos. Esta numa prova positiva de fazer fendas na unidade: utiliza-se a calúnia, a denúncia, o lançamento da dúvida sobre a integridade dos trabalhadores que mais se distinguiram na luta, pondo-os ao serviço dos que, no fim de contas, os que os acusam sempre serviram.

É curioso notar que a partir de determinado momento da luta, quando se viu que ela criava certo tipo de reacção os neo-fascistas e outros passaram a respirar fundo e a conduzir-se dentro da empresa com um à-vontade extraordinário. E também é importante realçar o seguinte: nós fomos denunciados às Forças Armadas pelos mesmos processo e métodos, pelas mesmas pessoas (mais, parece, por elementos da célula do PCP), e com os mesmos objectivos, que o ano passado à Pide, quando dos acontecimentos de Julho. A situação, no plano de luta dos trabalhadores não é diferente: os trabalhadores denunciados são os mesmos, i.e., os que estão na luta hoje são os que estiveram então; o objectivo da luta é o mesmo e as barreiras são as mesmas. Também é curioso verificar que enquanto a Banca tentou organizadamente construir um golpe de estado contra o Governo instituído (é o que se diz, pelo menos) a mesma Banca que detém grande parte da TAP, tentou levar-nos à barra do tribunal por desrespeito ao Programa do MFA. São as contradições.

## A SITUAÇÃO HOJE DENTRO DA TAP

Qual a situação hoje dentro da empresa? Concretamente que tipo de solidariedade se manifesta em relação aos 55 trabalhadores suspensos (ou, como se diz agora «dispensados»)? Não estou em condições de dar uma fotografia fiel do que se passa, mas a verdade é que não há, hoje, qualquer

forma organizada, pelo menos com relevo ou visível, que mostre pressão a favor dos trabalhadores sujeitos a inquérito militar. Não entendo isso como falha dos trabalhadores, mas como a falta dos trabalhadores, mas como a falta das intimidadadoras, bem mais visíveis e eficientes que após os acontecimentos de Julho de 1973. Mas não deixa também de ser um facto que a politização, a nível de luta do trabalho, não é grande, as classes administrativas, principalmente, e as classes dirigentes (des cadras, em França) vivem aburguesadas; daí que tudo o que lhes parece vir a fazer periclitar a segurança da sua migalha as faça tremer. Isto é a verdade, doa a quem doer.

Nós fomos censurados, eu cheguei a ler isso na imprensa, de quando da ocupação militar tem sido claudicado e de não termos ido além, i. e., de não termos realmente enfrentado as forças armadas, em vez de, perante o ultimato de abandonarmos as instalações ou recuperarmos os postos de trabalho. Fomos também censurados ao contrário, isto é de termos perdido pontos por termos levado as coisas àquele afrontamento; que teria sido taticamente muito mais perfeito ter cedido antes, a ter aceite um diálogo com as Forças Armadas. Tudo isto é facilmente defensável no papel e no plano teórico. Mas são difíceis outras vias quando às 15.30 horas de certo dia se ouve o ministro do Trabalho dizer que está ali para dialogar connosco e não para exercer manobras dilatórias (bastava conhecê-lo para não acreditar nele!), e depois se aguarda em Plenário até às 19 horas, e em vão, por Sua Excelência. Naturalmente que as coisas podiam ter seguido outro caminho se esse diálogo tivesse sido entabulado. Pessoalmente não acredito que tal tivesse sucedido, mas é hipótese que realmente tem de ficar no ar.

## CONTINUAM TRABALHADORES SUSPENSOS

E já agora só mais uma palavra de informação sobre a situação actual: dos 182 trabalhadores despedidos 171 foram já reintegrados, a requerimento individual (é uma tática que se percebe muito bem). Os 11 restantes juntam-se aos 44 que estão suspensos e sujeitos a inquérito militar. Na semana passada o Quartel General fez-lhes reencontrar para a TAP por lá não ser necessária a sua presença. No entanto, perante o esparto de toda a gente, e contra todas as regras do Direito do Trabalho que dizem respeitar, a empre-

sa decidiu manter-lhes a suspensão; ignoramos evidentemente se esta decisão arbitrária o foi apenas da TAP ou se foi tomada em ligação com as entidades militares. Neste momento o Quartel General parece estar a interrogar trabalhadores com cargo de chefia que acabaram, ou começaram por funcionar como testemunhas de acusação. São mais uma vez daqueles indi-

viduos que o ano passado nos denunciaram à Pide.

E parece que como primeira resenha, mais longa e menos de análise do que poderia ter sido, isto basta.

**LÊ A CONTINUAÇÃO NO PRÓXIMO N.º**

## INFORMAÇÕES OPERÁRIAS

VILA NOVA DE FAMALICÃO (Pou-sada de Saramagos)

Na empresa têxtil «CARIDES» foram despedidas 5 operárias por tentarem sanear o encarregado Peltoto.

GUIMARÃES

— Na Fábrica de Confecções SOUSA ABREU os trabalhadores formaram piquetes à porta da fábrica para não deixarem sair as máquinas e a obra feita (toalhas de feltro).

— Nas Oficinas R. M. Magalhães foram despedidos há tempo 9 operários (quase todos aprendizes). Não cumpre o Contrato Colectivo de Trabalho (Metalúrgicos) ao não pagar as férias. Esta empresa emprega mais de uma centena de operários.

— Nas Oficinas Alberto Marinho, com cerca de 150 operários, foi despedido um operário que estava indicado pelos tra-

balhadores para delegado sindical. Também não cumpre o C. C. T. (Metalúrgicos), não pagando salários mínimos, em muitos casos nem sequer o salário mínimo nacional, e outras regalias. «Pensais que enriqueceis a Nação e enriqueceis-me a mim», disse Alberto Marinho no Dia de Trabalho Nacional ao dirigir-se aos trabalhadores, acrescentando que não pagaria esse dia de trabalho.

— TABOPAN: os marceneiros, mais de um milhar, tinham decidido fazer greve geral com o apoio dos camaradas metalúrgicos da empresa (cerca de 200). O patrão José Abreu (dono da Sousa Abreu atrás citada), que é o presidente do Grémio Nacional das Indústrias de Madeira, não cumpre o C. C. T. dos Metalúrgicos nem dá o salário mínimo nacional às mulheres.

CORRESPONDENTE, 22-10-1974

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo indicada:

NOME: \_\_\_\_\_

MORADA: \_\_\_\_\_

LOCALIDADE: \_\_\_\_\_

PROFISSÃO: \_\_\_\_\_

ASSINATURA: Semestral (26 números)  (60\$00)

                  Anual (52 números)  (120\$00)

                  Apoio (anual)  (200\$00)

PAGAMENTO: Em cheque

                  Em vale dos CTT  em nome da Directora

Pagamento adiantado: Recorta e envia num postal para: Av. Santos Dumont, 48, r/c-D. - LISBOA

# EFACEC: LUTA PELAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

## DO JORNAL DA GREVE (SUSPENSA)—N.º 30—28/10/74

### REUNIÕES DA CDDT

Na reunião efectuada no dia 25-10-74 às 19 horas estiveram presentes os seguintes estaleiros e secções: Carrapateiro, Carregado, Benguela, Siderurgia, Soda Póvoa, VA, Luz, OL2, Elevadores e Estoril.

#### Ordem de trabalhos:

1. Informações da CDDT
2. Informações dos estaleiros e secções.

#### Informações da CDDT:

a) No Porto foi dissolvido o Conselho Fabril, porque os delegados pediram a demissão à Administração.

Neste momento existe no Porto em preparação uma comissão que conjuntamente com a CDDT de Lisboa tratará dos problemas dos trabalhadores, sendo especificamente os assuntos de Lisboa e Porto tratados por cada comissão.

b) A CDDT informa que se realizará um plenário no dia 2 de Novembro (sábado), tendo como objectivos o seguinte: 1—Informações; 2—Estatutos da CDDT (discussão e votação); 3—Fundo de solidariedade operária (seus fins e sua administração); e 4—Questão dos saneamentos.

c) Sobre o 23 de Setembro (dia do electricista), elucidou-se as pessoas presentes que todos os elementos que já

gizaram alguma vez na empresa aquele dia, têm direito a ele, conforme informação do Sindicato dos Electricistas.

d) A empresa já entregou nesta data todas as listas de reclassificação do pessoal. Devido à forma como a reclassificação foi feita pela empresa, a CDDT já começou a convocar os operários para estudar o problema.

e) Quanto ao saneamento, o problema do sr. Martinho continua em inquérito, tendo a Administração recebido já a acusação jurídica ao sr. Martinho, sendo esta entregue ao acusado no dia 28, segunda-feira, após o que este senhor tem 5 dias para apresentar a sua defesa.

#### Informações dos estaleiros e secções:

##### —Soda Póvoa:

Levantou-se o problema dos trabalhadores que eram eventuais (período de 6 meses) e passaram a efectivos, quando uma vez terminado o trabalho nesse estaleiro, qual é a sua sede, pois foram admitidos na Soda Póvoa. Existem neste local aprendizes e serventes efectivos tendo como local de admissão o estaleiro que não recebem o subsídio de alimentação para pessoal fixo, nem a pensão a que os operários deslocados e admitidos na sede têm direito. Ou os trabalhadores têm como sede aquele local e recebem o subsídio de alimentação

ou consideram-se pessoal permanente admitido na sede e recebem pensão.

##### —Estoril:

Os trabalhadores que estavam na Luz deslocaram-se durante dois dias ao Estoril para transportar material no horário de trabalho, enquanto não eram resolvidas as condições de deslocação que tinham verificado serem as necessárias a pedido do chefe da obra (240\$00 de pensão, mais subs. de deslocação).

E a 25 os trabalhadores tiveram a informação, por intermédio do técnico Vítor Pereira, que as condições que a empresa concedia eram duas horas de viagem, pagamento dos transportes e almoço.

Os trabalhadores recusam-se solidariamente a deslocar-se nestas condições, exigindo o pagamento da pensão e subsídio de deslocação.

##### —Barreiros:

Por agora corre normalmente.

##### —Carregado:

Começou a ser montada uma barraca com cerca de 3,5 x 3,5 m destinada a servir de sanitários, balneários, mudança de roupa para 11 operários.

Os operários chamaram a atenção do responsável para a exiguidade destas

instalações, o qual prometeu ir aumentá-las.

##### —VA (Siderurgia Nacional):

Os operários não estão concretamente informados do seu direito às mesmas condições de deslocação dos seus camaradas da CS/CI.

Têm no entanto posto essas condições nas folhas de pagamento.

O operário Vítor foi abordado pelo técnico responsável Luz, dizendo que gostaria de saber quem tinha sido o operário que tinha ido à CDDT dar as informações que estavam na origem do artigo publicado no último jornal, que até achava essa atitude uma cobardia.

O operário disse a esse técnico que tinha sido ele quem tinha dado essas informações, que eram verdadeiras e considerava a CDDT o único órgão que defendia os seus interesses e lhe merecia confiança e, portanto, só a ela dava informações dos seus problemas.

O técnico disse então que até já sabia que tinha sido ele e confirmou que achava essa atitude uma cobardia pois apenas pretendia atacar uma pessoa que era o seu colega Quaresma.

O operário não continuou a conversa dizendo que pretendia dar explicações à CDDT ou só na sua presença.

(Continua na pág. 7)

de Wilton, desenhador no jornal revolucionário francês CHARLIE HEBDO, transcrevemos a seguinte banda:



# LUTAS URBANAS

## LISBOA E PORTO

### AOS CAMARADAS DO BAIRRO DA ICESA (Quinta do Morgado)

Nós vivemos num bairro que não tem zonas verdes nem parques infantis ou creches.

Os nossos filhos ficam na rua, sujeitos a serem atropelados, quando nós vamos para as fábricas e oficinas.

Os nossos filhos ficam sem nenhuma segurança, enquanto vamos para as fábricas encher as panças aos patrões. Aos domingos não temos lugar no bairro onde se possa descansar. Ainda por cima nos lugares em que se poderiam fazer creches e parques estão a construir mais prédios.

Mas isto não acontece só no nosso bairro. Há outros nas mesmas ou até em piores condições, como é o caso do bairro da lata ao pé do quartel (R. A. L. 1), no qual as pessoas vivem como animais. Não nos esqueçamos do nosso passado em que muitos de nós viveram nas mesmas condições.

E isto porquê? Isto acontece porque os exploradores só se interessam por eles, tendo como seus representantes o governo e algumas organizações políticas que se dizem amigos do povo.

Mas nós não podemos estar à espera que nos resolvam os nossos problemas.

Temos que resolvê-los nós.

E só unidos e organizados é que conseguiremos concretizá-los.

Algumas pessoas do bairro já tentaram pelos meios legais a resolução dos problemas, mas, os senhores da Câmara e do Governo continuam com as conversas mansas e a prometer mundos e fundos.

Mas nada fazem.

Por isso temos que nos unir todos para conseguir as creches e os parques infantis para os nossos filhos.

**LUTEMOS PELAS CRECHES E PARQUES QUEREMOS CONDIÇÕES DE VIDA ORGANIZEMO-NOS PELA DEMOCRACIA POPULAR**

O grupo de moradores anti-fascistas do Bairro da Icesa.

Somos os moradores do prédio de subaluga n.º 402, Rua D. João IV

Foi-nos cortada a luz — Mais uma vigiarice da Subaluga!

Para continuar a nossa luta PRECISAMOS DA SOLIDARIEDADE DO POVO

Publicamos este 2.º comunicado para informar o povo do andamento da nossa luta e pedir apoio popular. Estamos a ser vítimas de mais uma pilulice da nossa subaluga, pois ela já desde Agosto que não paga a conta da luz, embora já lá tenha o nosso dinheiro quase todo (excepto o do mês de Setembro, que a maioria de nós não lhe pagou por ela se recusar a fazer obras no prédio).

Na passada 4.ª feira, 30, os Serviços do Gás e Electricidade cortaram-nos a luz, pois estes serviços só querem é dinheiro e tanto lhes dá que estejamos dentro da razão como não. QUEM TEM DE PAGAR E NÃO PAGOU É A SUBALUGA, mas quem fica sem o dinheiro e às escuras somos nós, que já vivemos em péssimas condições e agora é pior.

Isto é mais uma manobra da Subaluga, que nos quer pôr a todos fora do prédio. Além de nos ter processado no tribunal, quer agora esmorecer-nos. Mas nós estamos a lutar contra esta exploração e não é com isto que desistimos.

Já exigimos à Câmara que tome conta do assunto; começamos por mandar uma carta, mas se não tivéssemos lá ido em força eles não tinham ligado ao caso.

Estamos também já a negociar directamente com o dono do prédio, pois conseguimos saber quem é; também mandamos cartas, mas tivemos de lá ir em pessoa e já estão marcadas negociações, onde lhe vamos expor as nossas reivindicações:

- Ninguém será despejado do prédio;
- Obras urgentes, a começar por água e luz;
- Fim da exploração da subaluga.

Já aprendemos que a luta não pode ser só mandar cartas pelo correio. Mas a nossa luta tem tido outros aspectos pois nós achamos que o nosso problema é o mesmo de milhares de trabalhadores. Todo o Povo trabalhador tem o problema da habitação; por isso procuramos juntar a nossa luta à de todo o Povo. Já contactámos o povo das ilhas de S. Vítor e Antas, bem como os sublocatários de Sousa Viterbo e R. Rosário; apoiamos a luta do operário da R. Camões. QUEREMOS CONTINUAR A AUMENTAR A UNIDADE DO POVO NESTA LUTA CONTRA A EXPLORAÇÃO E PELO DIREITO À HABITAÇÃO.

Precisamos que o povo agora nos apoie para vencermos a dificuldade da falta de luz eléctrica. A conta é de 3068\$80 — precisamos de arranjar depressa este dinheiro, pois as crianças e todos nós estamos a respirar fumo de petróleo, e há cá pessoas doentes dos pulmões.

Agradecemos desde já a todas as pessoas que pensam contribuir, o favor de se dirigirem ao n.º 402 da Rua D. João IV. No entanto, não nos limitaremos a ficar à espera — tentenamos comparecer em assembleias populares que se realizem nos bairros, nas ilhas, etc., e fazer o nosso apelo ao povo desses locais.

Isto não é pedir esmola — é um apelo à SOLIDARIEDADE NA LUTA contra a exploração. O apelo que nos derem será a prova de que estamos no caminho certo, e que é possível acabar com toda a exploração se fizermos a luta ir até ao fim.

**DIREITO À HABITAÇÃO PARA O POVO TRABALHADOR! ABAIXO A EXPLORAÇÃO DOS SUBALUGAS E CAPITALISTAS! ABAIXO AS LEIS FASCISTAS! ABAIXO QUEM AS APLICA! DEMOCRACIA PARA O POVO! VIVA A SOLIDARIEDADE DO POVO TRABALHADOR NA LUTA!**



DEPOIS, OS ÚLTIMOS DIAS DE DE GAULLE

AGORA PEDEM-ME PARA REPRESENTAR OPERAÇÃO PINOCHET

**PUBLICAREMOS NO PRÓXIMO N.º UM ARTIGO SOBRE AS LUTAS URBANAS NO PERU**